

AYRES BRITTO

CONSULTORIA JURÍDICA E ADVOCACIA

Boletim | Edição nº 01

De 12.03.2020 a 02.04.2020



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL A Judicialização da Crise

Brasília

SHIS QL 22 Conjunto 04 Casa 17
Lago Sul - Brasília / DF
CEP: 71650-245
Tel.: +55 61 3771-2601

São Paulo

Av. Dr. Cardoso de Melo, 878 - 9º Andar
Vila Olímpia - São Paulo / SP
CEP: 04548-003
Tel.: +55 11 3294-1212

www.ayresbritto.com.br

APRESENTAÇÃO

O prolongamento da crise causada pela Covid-19 tem levado ao ajuizamento, perante o Supremo Tribunal Federal, de inúmeras ações de controle concentrado de constitucionalidade pelos mais diversos legitimados para propor esse tipo de demanda. Os pedidos discutem medidas que afetam direitos dos trabalhadores, extensão do prazo do pagamento da dívida dos Estados com a União, calendário eleitoral, requisições administrativas, entre outros temas.

Com o intuito de acompanhar os julgados da Corte Suprema, o escritório Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia lança o boletim "STF: A Judicialização da Crise".

Nesta primeira edição, trazemos para vocês as ações ajuizadas no período de 12 de março a 2 de abril deste ano.



















Para facilitar a leitura, separamos as ações por tema, conforme legenda abaixo:

Orçamento	Eleições 2020	Publicidade
MP`s da crise	Omissões do Executivo	Sistema Carcerário
Congresso	Competências Federativas	Programas Sociais

Esperamos que desta forma possamos contribuir de forma clara e acessível com o debate jurídico das questões que aportam no STF e que, juntos, possamos superar esse momento tão singular da nossa história.

Equipe Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia.
















De 12.03.2020 a 02.04.2020

 Processo	 Data do Ajuizamento	 Autor	 Relator	 Objeto	 Decisão	 Julgamento
ADI 6343	24/03/2020	Rede Sustentabilidade	Min. Marco Aurélio 	suspensão de pontos das MPs 926/2020 e 927/2020, sobre transporte intermunicipal e competência dos entes federados durante a pandemia.	Indeferido 	15/04/2020
ADI 6342	24/03/2020	PDT	Min. Marco Aurélio 	suspensão dos dispositivos da MP 927/2020, que autorizam empregadores a adotarem medidas excepcionais em razão da calamidade pública.	Indeferido 	16/04/2020
ADI 6344	24/03/2020	Rede Sustentabilidade	Min. Marco Aurélio 	suspensão dos dispositivos da MP 927/2020, que autorizam empregadores a adotarem medidas excepcionais em razão da calamidade pública.	Indeferido 	16/04/2020
ADI 6348	25/03/2020	PSB	Min. Marco Aurélio	questiona a MP 927/2020, que autorizam empregadores a adotarem medidas excepcionais em razão da calamidade pública.	Indeferido 	16/04/2020
ADI 6349	25/03/2020	PCdoB, PSOL e PT	Min. Marco Aurélio 	questiona a MP 927/2020, que autorizam empregadores a adotarem medidas excepcionais em razão da calamidade pública.	Indeferido 	16/04/2020
ADI 6352	25/03/2020	Rede Solidariedade	Min. Marco Aurélio 	questiona a MP 927/2020, que autorizam empregadores a adotarem medidas excepcionais em razão da calamidade pública.	Indeferido 	16/04/2020

LEGENDA:

Orçamento	Eleições 2020	Publicidade
MP's da crise	Omissões do Executivo	Sistema Carcerário
Congresso	Competências Federativas	Programas Sociais


















De 12.03.2020 a 02.04.2020

 Processo	 Data do Ajuizamento	 Autor	 Relator	 Objeto	 Decisão	 Julgamento
ADI 6354	26/03/2020	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria	Min. Marco Aurélio 	questiona a MP 927/2020, que autorizam empregadores a adotarem medidas excepcionais em razão da calamidade pública.	Indeferido 	16/04/2020
ADI 6363	02/04/2020	Rede Sustentabilidade	Min. Ricardo Lewandowski 	contra a MP 936/2020, na parte em que flexibiliza direitos trabalhistas	Deferido parcialmente para condicionar os acordos individuais à comunicação pelos empregadores ao respectivo sindicato laboral. 	16/04/2020
ADI 6341	23/03/2020	PDT	Min. Marco Aurélio 	que seja explicitadas que as medidas do Governo Federal na MP 926/2020 para o enfrentamento do coronavírus não afastam a competência concorrente dos estados, DF e municípios.	Deferido parcialmente reconhecendo competência concorrente 	15/04/2020
ADI 6370	06/04/2020	PT, PCdoB e PSOL	Min. Ricardo Lewandowski 	Suspensão de pontos da MP 926/2020 que permitem redução de jornadas e suspensão temporária de contratos de trabalho.	Pendente 	N/A

LEGENDA:

Orçamento	Eleições 2020	Publicidade
MP's da crise	Omissões do Executivo	Sistema Carcerário
Congresso	Competências Federativas	Programas Sociais




















De 12.03.2020 a 02.04.2020

 Processo	 Data do Ajuizamento	 Autor	 Relator	 Objeto	 Decisão	 Julgamento
ADI 6346	24/03/2020	Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos	Min. Marco Aurélio 	suspensão dos dispositivos da MP 927/2020, que autorizam empregadores a adotarem medidas excepcionais em razão da calamidade pública.	Indeferido 	16/04/2020
ACO 3363	22/03/2020	Estado de SP	Min. Alexandre de Moraes 	suspensão por 180 dias o pagamento das parcelas da dívida do Estado com a União.	Deferido 	N/A
ACO 3371	27/03/2020	Estado do MS	Min. Alexandre de Moraes 	suspensão por 180 dias o pagamento das parcelas da dívida do Estado com a União.	Deferido 	N/A
ACO 3372	27/03/2020	Estado do AC	Min. Alexandre de Moraes 	suspensão por 180 dias o pagamento das parcelas da dívida do Estado com a União.	Deferido 	N/A
ACO 3373	27/03/2020	Estado do PA	Min. Alexandre de Moraes 	suspensão por 180 dias o pagamento das parcelas da dívida do Estado com a União.	Deferido 	N/A

LEGENDA:

Orçamento	Eleições 2020	Publicidade
MP's da crise	Omissões do Executivo	Sistema Carcerário
Congresso	Competências Federativas	Programas Sociais




















De 12.03.2020 a 02.04.2020

 Processo	 Data do Ajuizamento	 Autor	 Relator	 Objeto	 Decisão	 Julgamento
ACO 3365	23/03/2020	Estado da BA	Min. Alexandre de Moraes 	suspensão por 180 dias o pagamento das parcelas da dívida do Estado com a União.	Deferido 	N/A
ACO 3366	24/03/2020	Estado do MA	Min. Alexandre de Moraes 	suspensão por 180 dias o pagamento das parcelas da dívida do Estado com a União.	Deferido 	N/A
ACO 3367	25/03/2020	Estado do PR	Min. Alexandre de Moraes 	suspensão por 180 dias o pagamento das parcelas da dívida do Estado com a União.	Deferido 	N/A
ACO 3368	25/03/2020	Estado da PB	Min. Alexandre de Moraes 	suspensão por 180 dias o pagamento das parcelas da dívida do Estado com a União.	Deferido 	N/A
ACO 3262	23/03/2020	Estado de GO	Min. Gilmar Mendes 	suspensão por 180 dias o pagamento das parcelas da dívida do Estado com a União.	Deferido 	N/A
ACO 3375	30/03/2020	Estado do ES	Min. Alexandre de Moraes 	suspensão por 180 dias o pagamento das parcelas da dívida do Estado com a União.	Deferido 	N/A

LEGENDA:

Orçamento	Eleições 2020	Publicidade
MP's da crise	Omissões do Executivo	Sistema Carcerário
Congresso	Competências Federativas	Programas Sociais


















De 12.03.2020 a 02.04.2020

 Processo	 Data do Ajuizamento	 Autor	 Relator	 Objeto	 Decisão	 Julgamento
ACO 3376	01/04/2020	Estado do AM	Min. Alexandre de Moraes 	suspensão por 180 dias o pagamento das parcelas da dívida do Estado com a União.	Deferido 	N/A
ACO 3377	01/04/2020	Estado de RO	Min. Alexandre de Moraes 	suspensão por 180 dias o pagamento das parcelas da dívida do Estado com a União.	Deferido 	N/A
ACO 3369	26/03/2020	Estado de PE	Min. Alexandre de Moraes 	suspensão por 180 dias o pagamento das parcelas da dívida do Estado com a União.	Deferido 	N/A
ACO 3380	06/04/2020	Estado de SE	Min. Alexandre de Moraes 	suspensão por 180 dias o pagamento das parcelas da dívida do Estado com a União.	Deferido 	N/A
ACO 3379	06/04/2020	Estado do MT	Min. Alexandre de Moraes 	Suspensão por 180 dias o pagamento das parcelas da dívida do Estado com a União.	Deferido 	N/A
ACO 3378	06/04/2020	Estado do RN	Min. Alexandre de Moraes 	Suspensão por 180 dias o pagamento das parcelas da dívida do Estado com a União.	Deferido 	N/A

LEGENDA:

Orçamento	Eleições 2020	Publicidade
MP's da crise	Omissões do Executivo	Sistema Carcerário
Congresso	Competências Federativas	Programas Sociais

De 12.03.2020 a 02.04.2020

 Processo	 Data do Ajuizamento	 Autor	 Relator	 Objeto	 Decisão	 Julgamento
ACO 3370	26/03/2020	Estado de SC	Min. Alexandre de Moraes 	suspensão por 180 dias o pagamento das parcelas da dívida do Estado com a União.	Deferido 	N/A
ACO 3374	28/03/2020	Estado de AL	Min. Alexandre de Moraes 	suspensão por 180 dias o pagamento das parcelas da dívida do Estado com a União.	Deferido 	N/A
ADI 5658	15/03/2020	PDT	Min. Rosa Weber 	suspensão dos efeitos de parte da EC 95/2016, para que o teto de gastos não seja aplicado à saúde.	Pendente 	N/A
ADI 5680	24/03/2020	PSOL	Min. Rosa Weber 	suspensão dos efeitos de parte da EC 95/2016, para que o teto de gastos não seja aplicado à saúde.	Pendente 	N/A
ADI 5715	17/03/2020	Conectas Direitos Humanos	Min. Rosa Weber 	suspensão dos efeitos de parte da EC 95/2016, para que o teto de gastos não seja aplicado à saúde.	Pendente 	N/A
ADO 58	06/04/2020	DEM	Min. Luiz Fux 	suspensão da retenção dos percentuais da receita corrente líquida para pagamento dos precatórios no regime especial de pagamento.	Pendente 	N/A

LEGENDA:

Orçamento	Eleições 2020	Publicidade
MP's da crise	Omissões do Executivo	Sistema Carcerário
Congresso	Competências Federativas	Programas Sociais

De 12.03.2020 a 02.04.2020

 Processo	 Data do Ajuizamento	 Autor	 Relator	 Objeto	 Decisão	 Julgamento
ADI 6357	27/03/2020	Presidente da República	Min. Alexandre de Moraes 	afastamento da exigência de demonstração de adequação orçamentária em relação à criação e expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento da Covid-19.	Deferido, flexibilizando LRF e LDO 	N/A
ADPF 661	23/03/2020	Progressistas	Min. Alexandre de Moraes 	suspensão do prazo de expiração de medidas provisórias	Deferido parcialmente, permitindo rito célere na tramitação de MPs, sem suspensão de prazos 	16/04/2020
ADPF 663	24/03/2020	Presidente da República	Min. Alexandre de Moraes 	aplicação do regramento do recesso parlamentar à expiração da validade das medidas provisórias	Deferido parcialmente, permitindo rito célere na tramitação de MPs, sem suspensão de prazos 	16/04/2020
ADI 6359	31/03/2020	Progressistas	Min. Rosa Weber 	inconstitucionalidade progressiva parcial de normas que dispõem sobre o Calendário para as Eleições de 2020, promulgadas pelo TSE, ante os impactos nas Eleições de 2020 decorrentes da calamidade que poderá inviabilizar o cumprimento dos prazos de filiação partidária, domicílio eleitoral e de desincompatibilização.	Indeferido 	N/A

LEGENDA:

Orçamento	Eleições 2020	Publicidade
MP's da crise	Omissões do Executivo	Sistema Carcerário
Congresso	Competências Federativas	Programas Sociais
















De 12.03.2020 a 02.04.2020

 Processo	 Data do Ajuizamento	 Autor	 Relator	 Objeto	 Decisão	 Julgamento
ADI 6374	07/04/2020	AVANTE	Min. Ricardo Lewandowski 	Flexibilização das normas eleitorais que limitam os gastos públicos com publicidade em ano de eleição.	Pendente 	N/A
ADPF 672	01/04/2020	OAB	Min. Alexandre de Moraes 	Ações e omissões do Poder Público Federal, especialmente da Presidência da República e do Ministério da Economia, na condução de políticas públicas da pandemia.	Deferido parcialmente assegurando o exercício da competência concorrente dos governos estaduais e suplementar dos Municípios 	N/A
ADO 56	26/03/2020	Rede Sustentabilidade	Min. Marco Aurélio 	que o STF defina, para a pandemia, o mínimo existencial apto a garantir a existência digna dos brasileiros, instituindo uma renda básica emergencial.	Indeferido 	15/04/2020
ADPF 671	31/03/2020	PSOL	Min. Ricardo Lewandowski 	que a União, Estados, DF e Municípios, nas suas esferas administrativas e ante eventual escassez de bens e serviços necessários ao atendimento do interesse público, em especial leitos em UTI, executem a requisição administrativa de bens e serviços de pessoas jurídicas e físicas à assistência à saúde prestados em regime privado, passando o Poder Público a regular a utilização nas redes privadas, durante a pandemia.	Arquivamento 	N/A

LEGENDA:

Orçamento	Eleições 2020	Publicidade
MP's da crise	Omissões do Executivo	Sistema Carcerário
Congresso	Competências Federativas	Programas Sociais




















De 12.03.2020 a 02.04.2020

 Processo	 Data do Ajuizamento	 Autor	 Relator	 Objeto	 Decisão	 Julgamento
ADI 6362	02/04/2020	CNS - Saúde	Min. Ricardo Lewandowski 	Inconstitucionalidade de dispositivos da Lei 13.979/2020, na parte em que confere a União competência para fazer requisições administrativas da utilização dos leitos de unidades de tratamento intensivo (UTIs) na rede privada durante a pandemia	Pendente 	N/A
ADPF 665	26/03/2020	Confederação Nacional dos Transportes	Min. Luiz Fux 	suspensão dos decretos estaduais e municipais que determinam o fechamento de fronteiras, vias públicas e locais limites entre municípios e divisas entre estados, como forma de contenção da pandemia.	Pendente 	N/A
ADPF 666	26/03/2020	Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis	Min. Rosa Weber 	questiona atos de diferentes Estados e Prefeituras tendo por objeto estabelecer medidas restritivas para o enfrentamento da crise, suspendendo o funcionamento de empresas locadoras de veículos automotores.	Pendente 	N/A
ACO 3364	23/03/2020	Governador do DF	Min. Cármen Lúcia 	adoção pelo Executivo federal de teletrabalho para os servidores públicos federais e os empregados da administração pública direta, indireta, autárquica, fundacional, empresas públicas e sociedades de economia mista da União lotados no DF.	Indeferido 	N/A

LEGENDA:

Orçamento	Eleições 2020	Publicidade
MP's da crise	Omissões do Executivo	Sistema Carcerário
Congresso	Competências Federativas	Programas Sociais















De 12.03.2020 a 02.04.2020

 Processo	 Data do Ajuizamento	 Autor	 Relator	 Objeto	 Decisão	 Julgamento
ADI 6353	26/03/2020	PSB	Min. Alexandre de Moraes 	questiona a MP 928/2020, em partes que suspendem direitos previstos na Lei de Acesso à Informação – LAI. Apensa às ADIs 6347 e 6351.	Pendente 	16/04/2020
ADPF 668	30/03/2020	Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos	Min. Roberto Barroso 	questiona a publicidade nas redes sociais ligadas à presidência da República “O Brasil Não Pode Parar”. Apensa à ADPF 669.	Deferido, suspendendo a campanha ‘O Brasil não pode parar’ 	N/A
ADPF 669	30/03/2020	Rede Sustentabilidade	Min. Roberto Barroso 	questiona a publicidade nas redes sociais ligadas à presidência da República “O Brasil Não Pode Parar”. Apensa à ADPF 668.	Deferido, suspendendo a campanha ‘O Brasil não pode parar’ 	N/A
ADI 6347	25/03/2020	Rede Sustentabilidade	Min. Alexandre de Moraes 	questiona a MP 928/2020, em partes que suspendem direitos previstos na Lei de Acesso à Informação – LAI. Apensa às ADIs 6353 e 6351.	Pendente 	16/04/2020
ADI 6351	25/03/2020	OAB	Min. Alexandre de Moraes 	questiona a MP 928/2020, em partes que suspendem direitos previstos na Lei de Acesso à Informação – LAI. Apensa às ADIs 6353 e 6347.	Deferido 	16/04/2020
ADPF 660	23/03/2020	Associação Nacional de Membros do Ministério Público Pró-Sociedade	Min. Gilmar Mendes 	questiona dispositivos da Recomendação-CNJ 62/2020, que dispõe sobre medidas para evitar a propagação da epidemia do coronavírus no sistema carcerário.	Inépcia da inicial 	N/A

LEGENDA:

Orçamento	Eleições 2020	Publicidade
MP's da crise	Omissões do Executivo	Sistema Carcerário
Congresso	Competências Federativas	Programas Sociais

De 12.03.2020 a 02.04.2020

Processo	Data do Ajuizamento	Autor	Relator	Objeto	Decisão	Julgamento
ADPF 347	17/03/2020	Partido Socialista	Min. Marco Aurélio 	evitar a disseminação do novo coronavírus nas prisões	Indeferido 	Negado
ADPF 568	19/03/2020	PGR	Min. Alexandre de Moraes 	destinação de R\$ 32.731.487,36 para que o Estado do Acre custeie ações de prevenção, contenção, combate e mitigação à pandemia do coronavírus.	Deferido 	N/A
ADPF 662	24/03/2020	Presidente da República	Min. Gilmar Mendes 	questiona-se a ampliação do acesso ao BPC pela alteração do Senado ao art. 20, § 3º, da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93), que estabelece o limite de renda familiar per capita para concessão do BPC.	Deferido em parte para suspensão da ampliação do BPC enquanto não se indicar fonte de custeio 	N/A
ADI 6373	06/04/2020	CNT	Min. Ricardo Lewandowski 	Questionamento da redução de contribuições destinadas ao "Sistema S" por três meses.	Pendente 	N/A
ADI 6371	06/04/2020	PT	Min. Gilmar Mendes 	Levantamento do saldo do FGTS em razão da calamidade pública.	Pendente 	N/A
ACO 3359	12/03/2020	Estados BA, CE, MA, PB, PE, PI e RN	Min. Marco Aurélio 	que o Governo Federal suspenda os cortes no programa Bolsa Família enquanto perdurar a calamidade pública.	Deferido 	N/A
ADPF 673	02/04/2020	PDT	Min. Luiz Fux 	Suspensão de prazos e taxas do ENEM	Não conhecido 	N/A

LEGENDA:

Orçamento	Eleições 2020	Publicidade
MP's da crise	Omissões do Executivo	Sistema Carcerário
Congresso	Competências Federativas	Programas Sociais

De 12.03.2020 a 02.04.2020

17/03/2020	4
19/03/2020	1
22/03/2020	1
23/03/2020	4
24/03/2020	9
25/03/2020	7
26/03/2020	6
27/03/2020	4
28/03/2020	1
30/03/2020	2
31/03/2020	2
01/04/2020	1
02/04/2020	2
Total geral	44

